



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

Ata da Reunião Extraordinária do Comitê do Lago Guaíba	Data: 04 de abril de 2017
	Horário: 14h00min
	Local: Salão Bar Náutico da Veleiros do Sul
Presidida por: Manuel Salvaterra e Paulo Germano	Secretariada por: Kelli Nascimento Andrade
Membros: Airana Ramalho do Canto - DMAE; Lariane Schossler de Brites - CORSAN; Paulo Cesar Cardoso Germano - CORSAN; Antonio Carlos Pedreira - PREFEITURA DE GUAÍBA; Carlos Fabiano Alteneta Garss - DMAE; Adriano S Reinheimer – DMAE; Eduardo Fleck - DMLU; Sandro Alex de Almeida – AGABRITAS; Laércio Thadeu P da Silva - SINDAREIA; Astélio J B Santos - VELEIROS DO SUL; Vilmar I Coelho – COLÔNIA DE PESCADORES Z-5; Lothar Adalberto Markus - ACOMBA; Edna Yara M Salgado - ACOMBA; Alpha Rosa Teixeira - LIONS CLUBE; João Torres - ROTARY CLUB; Ivo Kraspenhour - LIONS CLUBE; Suzana Medianeira Lunardi - EMATER/RS; Guilherme L Bica – AMA GUAÍBA; Kathia V Monteiro - INSTITUTO AUGUSTO CARNEIRO; Gelcira Teles - MIRA SERRA; Ilgo Kopplin - APTA; Manuel Salvaterra - APEQ/RS; Ana Elizabeth Carara - ABES/RS; Cláudia P. Lacerda de Azevedo - SES; Adriano de Souza Schorr - CPRM;	
Convidados: Verônica Della Mea - IBRAM; Rodrigo L Müller – FUNERÁRIA SÃO CRISTÓVÃO; Sheila B Silveira – AMA GUAÍBA; Luciene Schuch - VIVA GUAÍBA; Luiz F Costa – SINDUSCON/RS;	

1 Aos quatro dias mês de abril de 2017, às 14h00min, ocorreu a Reunião Extraordinária do Comitê de
2 Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, no Salão Bar Náutico da Veleiros do
3 Sul Associação Náutica Desportiva, localizada na Av. Guaíba, nº 2941, Vila Assunção, Porto
4 Alegre/RS, com a pauta:

5

- 6 **1. PLANO DE AÇÕES para Projeto de Comunicação Social: apresentação da Jornalista e**
- 7 **Consultora de Capacitação de Comunicação para a Sustentabilidade, Sílvia Franz Marcuzzo**
- 8 **2. PLANO DE AÇÕES do Plano da Bacia da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**
- 9 **3. Expediente**
- 10 **4. Assuntos Gerais**

11

12 O Presidente deu as boas vindas aos presentes, reiterou a pauta, passando para o item nº **1. PLANO**
13 **DE AÇÕES para Projeto de Comunicação Social: apresentação da Jornalista e Consultora de**
14 **Capacitação de Comunicação para a Sustentabilidade, Sílvia Franz Marcuzzo.** Explicou que, de
15 acordo com o combinado na 105ª Reunião Ordinária, havia convidado a Jornalista para uma
16 explanação sobre seu trabalho na área de Comunicação, uma vez que a mesma havia sido indicada
17 pela representante do Instituto Augusto Carneiro, Kathia Monteiro, a qual conhecia e recomendava
18 o trabalho dela. Passou a palavra para Sílvia, que anunciou que faria uma apresentação em power
19 point dos trabalhos que realizara nos mais diversos locais e com os mais variados enfoques e que
20 explicaria na sequencia, o motivo de considerar importante que o Comitê realize uma Oficina de
21 Comunicação. Disse que trabalha há mais de 20 anos na área de meio ambiente e comunicação, que
22 atuou em veículos, órgãos de governo, de ONG's, que compôs a equipe que montou a SEMA/RS, na
23 oportunidade foi Coordenadora de Comunicação, que na época organizaram um velejaço na
24 abertura do Parque Nacional de Itapuã, com membros do Clube Náutico. A apresentação consistiu
25 em apresentar sua trajetória profissional, com demonstração dos trabalhos realizados: no Litoral
26 Norte com Projetos PED, visando integração das Prefeituras, Projeto Planeta Vivo, junto ao Grupo

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

27 Tramontina, Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre, Mudanças Climáticas Países Amazônicos,
28 Assessoria de Comunicação CRBio, BR 163 – Pará, Oficinas para Apremavi, após estas vivências,
29 cursou pós graduação em Dinâmica de Grupos para adquirir habilidades e competências sobre esta
30 abordagem. Relatou que quando fora consultada pela Diretoria do Comitê para dar um orçamento,
31 iniciou uma série de questionamentos para os quais não obteve resposta. Decidiu então, propor a
32 realização de uma conversa com Colegiado para que pudesse conhecer melhor seus anseios e
33 necessidades, assim como sua disponibilidade de tempo, recurso e infraestrutura para a elaboração
34 de um Plano de Comunicação. Prosseguiu dizendo que também elaborou o Plano de Comunicação
35 do Instituto Centro de Vida, no ano passado esteve envolvida no Projeto Gestão de Florestas do
36 Amapá e que neste ano está se dedicando a estudar Fluxonomia 4d, para implementação de ações
37 de comunicação visando os quatro pilares da sustentabilidade. Assim, atentou para o fato de que
38 para elaborar Planos de Comunicação há a necessidade de planejamento e foco e disse que sua
39 ideia era a realização de uma Oficina de Comunicação com a finalidade de captar entre os membros
40 do Comitê, os subsídios para elaboração do Termo de Referência que serviria de base para
41 contratação do referido Plano de Comunicação, que o resultado desta Oficina seria um Relatório
42 contendo diretrizes e principais resultados, que a participação se daria de forma tanto individual
43 quanto coletiva, por meio de subgrupos, que já realizou Oficinas deste tipo junto a outros grupos,
44 que foi considerada interessante pelo fato de as pessoas poderem opinar, traçando assim, o cenário
45 real da proposta. Finalizou sua apresentação e o presidente perguntou qual seria a dinâmica da
46 Oficina e Sílvia respondeu que a ideia seria que todos iniciassem no mesmo horário, para atividade
47 de integração, trabalhar questões básicas de comunicação, com feed back individual, por fim,
48 trabalhos em grupo, com posterior apresentação para conclusão. Ilgo Kopplin perguntou se Sílvia
49 tinha experiência ou conhecimento da legislação sobre pagamento por serviços ambientais, pois a
50 tendência era os produtores rurais utilizarem os recursos naturais, no caso, água, para manterem
51 suas atividades, que julgava interessante um incentivo para que eles também pudessem proceder
52 com a preservação. O Presidente disse à Sílvia que Ilgo referia algo semelhante ao Programa
53 Produtor de Água e ela disse que na trabalhou como consultora do Ministério do Meio Ambiente
54 durante a Semana da Mata Atlântica, onde pôde verificar o Programa Conservador das Águas do
55 município de Extrema, mas que no RS não saberia dizer se está acontecendo alguma iniciativa nesta
56 linha de boas práticas de conservação. Que sabia que no passado havia registro de trabalho forte de
57 recuperação de áreas degradadas, em parceria com o Ministério Público, nos mananciais do rio
58 Uruguai, por exemplo. Mas, que do ponto de vista da Comunicação, caso fosse este o
59 direcionamento, haveria a necessidade de utilizar veículos de comunicação que se aproximem dos
60 produtores, como rádio, por exemplo, com linguagem adequada, que inclusive a Campanha da
61 Fraternidade de 2017 trata da Proteção dos Biomas Brasileiros, o que reforça a necessidade de
62 pensar questões ambientais. O Presidente disse que já havia sido tratado do assunto no Comitê,
63 que na SEMA também está sendo discutida a legislação de Pagamento por Serviços Ambientais,
64 Sílvia disse que existe um Projeto de Lei na Assembléia, que em SP e MG já está implementado.
65 Disse que com relação à Oficina, o foco é como querem comunicar e com quais instrumentos, já o
66 que será comunicado deverá ser objeto de outro momento, que forma de disponibilizar os dados
67 gerados pelo Comitê será de fundamental importância. Ilgo disse que DMAE e CORSAN devem ser
68 cobrados no sentido da preservação dos recursos, haja vista que são os maiores beneficiários pelo
69 uso da água. Miriam Aquino disse que há dois anos em viagem pela Europa, onde visitou cinco
70 países de carro, percebeu que as águas são canalizadas, disse que na ocasião questionou um amigo

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

71 que faz este trajeto, sobre a liberalidade das ações, uma vez que no Brasil, a legislação é mais
72 restritiva ao que ele respondeu que lá, o Governo faz o levantamento das nascentes, contata os
73 donos das terras e transfere a eles tanto a responsabilidade pela preservação quanto incentivos
74 fiscais e financeiros para tratamento da água, que pelo menos de Holanda a Paris, percebeu que as
75 águas eram todas canalizadas. Disse também que há pouco tempo assistiu uma reportagem no
76 Jornal do Almoço na qual o DMLU lançava resíduos na nascente do rio Ipiranga. Gelcira Teles
77 perguntou se a Oficina seria para determinar o Plano de Comunicação e Sílvia disse que seria para
78 coletar subsídios para elaborar o TDR para contratar de uma empresa que elaborará o Plano de
79 Comunicação. Gelcira disse que um boa ferramenta para determinação dos subsídios seria a Matriz
80 F.O.F.A, a qual avalia Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, que considera que trabalham
81 numa grande área que é o Meio Ambiente, no segmento água, então partir do geral para o
82 particular seria interessante, que em 30 anos de Jornalismo e 14 anos de empresariado aprendeu
83 muitas coisas, uma delas é que a Comunicação dentro das empresas é do tipo “Frankstein”, onde os
84 setores não se comunicam ou pelo menos, não na mesma linguagem. Que com o advento das
85 tecnologias, redes sociais e similares, a comunicação teve que se reinventar, que achava excelente a
86 oportunidade da Oficina e que poderia disponibilizar suas ferramentas para apoiar. Falou de uma de
87 suas experiências que mais trouxe aprendizado, que realizou um Projeto, em 1993 para auxiliar os
88 cavalos de carroça, que foi na CEASA, que ao longo de quatro anos atenderam 4956 cavalos, que os
89 americanos chegaram e propuseram a elaboração de um folder, ela ficou entusiasmada e fez o dito
90 folder. Ocorre que os carroceiros não sabiam ler, que os folders continham informações da
91 legislação, dos limites de peso para evitar sobrecarga dos animais, entre outros, porém, a iniciativa
92 não teve êxito, trazendo apenas o aprendizado para atentar para as estratificações de público.
93 Luciene Schuch questionou o Presidente sobre a possibilidade de participar da Oficina uma vez que
94 assiste às reuniões do Comitê como convidada. Cláudia Azevedo parabenizou a iniciativa e
95 perguntou se o Comitê já tem todos os pontos que gostaria de comunicar, que percebe que a
96 conscientização ambiental é fundamental para a saúde e que achava que o Comitê deveria ter todos
97 os pontos que quer comunicar para a partir daí determinar seus públicos. O Presidente discordou
98 dizendo que a Oficina era também para que o Comitê se organizasse, pois se pode verificar que
99 misturam os assuntos, que precisam melhorar sua comunicação, tanto interna quanto externa. Em
100 resposta à Gelcira, Sílvia disse que buscou capacitação sobre o funcionamento de grupos,
101 justamente porque chegava na hora de executar e percebia que não funcionava por causa das
102 pessoas, as quais características próprias, que verificou, por exemplo, que hoje não é possível
103 acessar materiais do Comitê via web. Verônica Della Mea concordou com Sílvia sobre o Comitê
104 estar sem informação, que as pessoas procuram primeiramente um site ou algo similar, concordou
105 também com Salvaterra sobre as pessoas não conhecerem o Comitê e suas atribuições, disse que
106 considerava a ideia da Oficina muito boa e sugeriu iniciar tratando de questões institucionais. O
107 Presidente disse que isto sempre faltou, que desde as audiências públicas na época do
108 enquadramento, não existe assunto mais importante que este. Araquen Teles do Sindicato Rural de
109 Viamão, disse que havia entendido que a comunicação seria do Comitê para o grande público a fim
110 de justificar sua importância, que demais regramentos de conduta não deveriam ser competência
111 do Comitê. Eduardo Fleck disse que não sabia do evento envolvendo o DMLU, citado ali e perguntou
112 quando foi ao ar ao que Miriam respondeu que há cerca de três a quatro meses, Edna Yara disse
113 que fazia menos tempo, Eduardo disse que talvez as nascentes não ficassem dentro do município de
114 Porto Alegre, que ia se informar a respeito. Astélio Santos reforçou que o Comitê deve ser um órgão

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

115 de pressão até certo ponto para pegar cacife político. Disse que se passassem pelo Arroio Cavalhada
116 veriam a quantidade de lixo, mostrou imagens de um animal morto em Ipanema, que o DMLU tirou,
117 colocou na calçada e voltou para buscar só às 19h, que ficou fedendo, que são muitos os eventos
118 deste tipo. Que o DMAE capta esgoto, que o Comitê deve atentar para estes fatos. Sílvia retomou a
119 questão da Oficina dizendo que nela trabalhariam uma série de ferramentas, que seria de
120 fundamental importância que os profissionais de Comunicação das Entidades Membro do Comitê
121 participassem para definir as melhores estratégias a serem adotadas. Lothar Markus falou que foi
122 morar no bairro Anchieta em 1967 e que lá, a água era captada no rio Gravataí e tratada para
123 abastecer o bairro e que hoje o rio está praticamente morto, que são muitos afluentes em Porto
124 Alegre que desembocam no rio Gravataí e vão contribuindo para a poluição do Lago Guaíba, que
125 assistiu a tempos atrás duas palestras do Professor Millus Stringini, que segundo informações do
126 próprio, ajudou a elaborar o Pró-Guaíba e que ele estava discutindo Contratos de Gestão Ambiental
127 semelhantes aos da Europa, nos quais a sociedade se compromete em preservar, que deveriam
128 pensar algo semelhante dentro do Comitê. Ilgo disse que tudo era movido por interesses, que no
129 Comitê tais interesses divergem, que discordava de Sílvia, que deveriam ser mais práticos, que o
130 Comitê deveria ser uma ferramenta da sociedade na disseminação de informações. Que não era
131 jornalista que deveriam dizer ao Comitê o que ele deve fazer e sim o contrário, Kathia interveio
132 solicitando respeito à trajetória da Jornalista Sílvia, dizendo que ela dominava assuntos de
133 sustentabilidade. Guilherme Bica disse que achou interessante a apresentação de Sílvia e se dirigiu à
134 Ilgo reforçando que a mesma trará ferramentas para que em conjunto possam trabalhar as
135 questões consideradas pertinentes para a comunicação do Comitê, que sua preocupação era
136 apenas a questão do tempo, uma vez que são públicos variados, com entendimentos diferentes,
137 ainda a própria identidade do Comitê que ainda não está bem definida. Perguntou se 3 horas seria
138 suficiente, Sílvia disse que não, mas que consideraria o factível, o Presidente disse que já realizaram
139 Oficinas que tiveram duração de dois dias, em Hotéis, que a questão do tempo poderia adaptar.
140 Airana Ramalho, Gerente de Planejamento do DMAE, falou com relação às colocações feitas por
141 Astélio, disse que talvez fosse o ponto de vista dele, ou ainda da sociedade, sobre algumas questões
142 do DMAE, mas que têm um planejamento que levanta várias ações que devem ser executadas
143 futuramente, em termos de esgotamento sanitário, captações de água, que existem projetos sobre
144 o que precisa ser feito. A respeito da proposta de Oficina, considerou válida, que devem acatar e
145 contribuir, que concomitantemente à execução do Plano de Ações do Plano de Bacia, poderiam
146 discutir o que querem informar à população, que esta é uma questão do DMAE também, que sente
147 falta de poder dizer para a comunidade o que está sendo feito. Disse que já haviam conversado na
148 última reunião da CPA, ocasião em que Sílvia se apresentou, sobre a possibilidade das Entidades
149 também trazerem seus profissionais da área de comunicação, que no caso do DMAE, trariam os
150 profissionais que tem experiência em comunicação para agregar à proposta da Oficina. Danilo
151 Souza, do Sindicato Rural de Viamão disse que achava muito pouco tempo para a realização da
152 Oficina, que existem muitos interesses e divergências, que aquele Comitê é de Gerenciamento da
153 Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, que então, os interesses devem convergir para tal. Que
154 considerava a proposta de Oficina muito boa, que o Comitê deve ser mais organizado e objetivo
155 para que atinja a efetivação e não fique no campo das teorias, apenas realizando reuniões. Ivo
156 Kraspenhour disse que trabalham o Guaíba há praticamente 50 anos, que tinha o Projeto Pró-
157 Guaíba, com o qual o Governo do Estado gastou 220 milhões de dólares, que foi feita a primeira
158 parte, que estava previsto um segundo estágio que foi interrompido, que ali deve haver dados

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

159 relevantes, que o RS deveria fazer este resgate. Que o Comitê do Lago Guaíba foi criado com a
160 finalidade de proteção dos mananciais. O Presidente disse que as fases A e B do Plano de Bacia
161 foram alimentadas pelos dados do Pró-Guaíba. Astélio disse que o Guaíba não é Lago, que assim foi
162 enquadrado para permitir que se construísse em suas margens, que se trata de um estuário que só
163 corre para o Sul. Verônica disse que achava importante estabelecer um planejamento que queria
164 saber do orçamento disponível para Comunicação e o Presidente disse que seria em torno de R\$
165 4.000,00 por ano, mas que sabendo das necessidades, haveria a possibilidade de remanejar o
166 orçamento, que no ano anterior foi devolvido R\$ 60.000,00 do Convênio, parte disso estava
167 disponível para locação de sala, o que não foi utilizado em função de usarem uma sala da CORSAN.
168 Verônica disse que esperava que neste ano então, os esforços fossem para não ter que devolver
169 recursos novamente, o Presidente disse que era por isso que estavam propondo a Oficina, para se
170 organizarem e saber da real necessidade, ela disse que paralelo a isso já se poderia solicitar a
171 realocação da verba. O Presidente disse que concordava, mas que a solicitação deveria ser feita em
172 conformidade com o estabelecido no Plano Trabalho aprovado, sob pena de não aprovação por
173 parte do FRH e ela disse que havia possibilidades de realocação nem que fosse de uma forma
174 genérica, para não perderem novamente o recurso. O Presidente passou para o item nº 2. **PLANO**
175 **DE AÇÕES do Plano da Bacia da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**, disse que todos tinham o Plano
176 de Ações, parte integrante do Relatório Executivo, que seria projetado ali um resumo do Plano de
177 Ações para rememorar as ações por eles elencadas na elaboração do Plano de Bacia em 2014.
178 Mostrou todas as ações elencadas, os atores envolvidos, mencionou o atraso no cronograma e disse
179 que era chegada a hora da efetivação, com a necessidade de força de mobilização. Sugeriu a criação
180 de um Grupo de Trabalho (GT) para se debruçar sobre a efetivação do Plano de Ações. Kathia disse
181 que antes deveria haver uma apresentação dos atores envolvidos, a fim de traçar o cenário atual, o
182 Presidente disse que se tratado de forma isolada, pode bagunçar ao passo que um GT poderia
183 manter a ordem e o foco. Paulo Germano disse que o sugerido por Kathia poderia ser feito pelo GT,
184 ela disse que os representantes de cada Setor deveriam se organizar para inteirar os demais sobre
185 as ações implementadas até o momento, que só depois disso é que deveriam formar o GT. O
186 Presidente disse que viu a ferramenta desenvolvida pela Profill para o Plano do Paranapanema, do
187 qual participou, que se trata de uma tela onde é possível acessar o cronograma atualizado, de
188 forma simultânea, que pretende convidar os representantes da Profill para uma reunião do Comitê,
189 uma vez que necessitam de maior objetividade na condução do Plano de Ações. Paulo Germano fez
190 uma proposta alternativa, que até a próxima reunião todos se apropriem do Cronograma, façam
191 suas contribuições e na reunião ordinária de 18/04 formatem o GT, adotando como segundo passo
192 o proposto por Kathia. Ela disse que isso era o que estava propondo, que cada representante
193 apresentasse as ações implementadas, que o Plano de Ações já tem que estar apropriado, que
194 todos já haviam recebido e posteriormente montem o GT, que se não souberem do que está
195 acontecendo, o GT não será efetivo, perderá muito tempo buscando informações. Paulo Germano
196 disse que considerava que o GT seria para organizar as etapas de forma prática e eficiente. Ana
197 Carara disse que preferia a proposta de Kathia, que isso possibilitaria aproximação dos novos
198 membros da Plenária das ações implementadas por cada setor, cumprindo assim o papel legal do
199 Comitê que é o gerenciamento dos conflitos pelo uso da água. Aproveitou para sugerir ao
200 Presidente que verifique junto ao CRH uma Oficina de capacitação para os novos membros da
201 Plenária, que isso é urgente. O Presidente disse que isso é feito de tempo em tempo, mas que deve
202 ser uma atividade paralela, pois não podem parar para tratar apenas da capacitação. Ela disse que

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

203 concordava que fosse paralela, que se programasse nem que fosse 0min de cada reunião para
204 capacitação permanente. O Presidente disse que na semana seguinte aconteceria com a ANA uma
205 Oficina de Capacitação do PROCOMITÊS, que neste momento seria apenas para as Diretorias, mas
206 que provavelmente o conteúdo seria replicado aos demais membros dos Comitês. Ana Carara disse
207 que não era disso que falava e sim de algo que estava na base da legislação que exigia capacitação
208 permanente dos membros do Comitê. O Presidente reafirmou a necessidade de ser atividade
209 paralela, pois se reúnem uma vez a cada dois meses, se tirassem 30min do tempo para se
210 capacitarem, seria um problema. Ana disse então que se fizesse em apenas algumas reuniões ou
211 que se convocasse reuniões extraordinárias para tal, que era de fundamental importância. Alpha
212 Teixeira concordou com Ana Carara e chamou atenção para o tempo que perderam por falta de
213 capacitação, principalmente dos novos membros. O Presidente disse que concordava com Alpha,
214 mas que verificava que o tempo perdido não era necessariamente com os novos membros. Paulo
215 Germano disse que ponto pacífico. O Presidente retomou a discussão sobre o Plano de Ações e
216 Paulo Germano falou que deveria ser criado o GT antes das apresentações por existirem outros
217 Setoriais onde o acesso é mais difícil. Que por exemplo, Indústria e Produção Rural talvez precisem
218 de um tempo maior para reunir suas informações. Kathia disse que não precisavam de
219 apresentação formal, apenas, que de todas as ações elencadas na elaboração do Plano de Bacia,
220 apresentassem o que de fato foi implementado. Disse que se perguntarem a ela alguma coisa sobre
221 o Plano de Ações, não saberá, mesmo lendo o documento sempre antes de cada reunião, pois não
222 sabe o que de fato está acontecendo, que a única coisa que pode afirmar é que as áreas de
223 Comunicação e Educação Ambiental não estão funcionando. O Presidente disse temer a morosidade
224 nas apresentações, pois se concedesse 20 minutos para cada Entidade, o processo se arrastaria até
225 o final do ano. Kathia disse que os representantes teriam que ter condições de elencar o que foi e o
226 que não foi implementado, não necessitando para isso de um tempo muito longo. Araquen disse
227 que recebeu por email os subsídios para a discussão, num total de 39 páginas, com um universo de
228 informações, que assistiu à 105ª Reunião Ordinária do Comitê e achou que encontraria um Comitê
229 super entrosado, que algumas discussões não existissem mais. Concordou com a proposta de Paulo
230 Germano, que um grupo reduzido seria talvez mais eficaz. Airana sugeriu verificar as ações que
231 poderiam ser tratadas imediatamente, designando algum interessado em buscar maiores
232 informações, monitoramento, por exemplo, ou como foi feito para o caso da Comunicação, o
233 Presidente disse que mesmo assim necessitam de um GT para organizar este processo, ela disse que
234 poderiam ainda especificar alguns grupos, reunidos de acordo com maior grau de conhecimento, os
235 quais pegariam algumas ações para estudo, trabalhando então em grupos menores com a
236 finalidade de trazerem para a Plenária. Que da parte do DMAE estavam à disposição, que já
237 realizaram apresentação do seu Plano em anos anteriores, que as informações do DMAE que
238 entraram no Plano de Bacia já se encontram atualizadas, que no final de 2015 finalizaram o Plano
239 Municipal de Saneamento Básico, o qual contém informações do DMAE (Água e Esgoto), do DEP
240 (Drenagem) e do DMLU, com planejamento até 2035, que podem então apresentar estes dados em
241 alguma reunião que se estabeleça, juntamente ao Cronograma de Ações ali elencados. O Presidente
242 disse que a ideia de Kathia então era a que mais atendia às propostas ali apresentadas.
243 **Encaminhamentos:** O Presidente disse que para a próxima reunião serão chamadas as categorias
244 Mineração, Saneamento e Indústria para que apresentem, de acordo com o cronograma
245 estabelecido, o **estado atual de cada uma das ações**, de forma resumida. Gelcira disse que a
246 dinâmica que adotaram durante o Plano funcionou, concordou com a proposta de Kathia e o

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

247 Presidente lembrou que as atividades do plano de Bacia foram conduzidas por uma empresa
248 especialista, que por isso considerava a importância do GT, sob pena de o trabalho não alcançar
249 rendimento. Em relação ao **Plano de Comunicação Social**, o Presidente disse que Sílvia trouxe uma
250 proposta de Oficina com o intuito de provocar o grupo, que existe um recurso, porém deve ser
251 montado um Termo de Referência - TDR, realizada Concorrência, em atendimento aos princípios da
252 Administração Pública. Ana Carara perguntou se a Oficina terá custo, o Presidente respondeu que
253 sim, ela perguntou se há disponibilidade de recurso para contratação e ele respondeu que o recurso
254 disponível para ser usado ao longo do ano, permite pagar apenas a Oficina, que até mesmo para
255 contratar a própria Oficina deve haver Licitação. Que inclusive, nem recurso tem ainda, haja vista
256 que a Prestação de Contas ainda não foi aprovada, que estão aguardando a transferência da
257 segunda parcela, que estão pagando os compromissos com a verba emergencial, oriunda das
258 doações ao Comitê feitas pela CMPC e pelo Sindibritas, que a mesma já está chegando ao fim, ela
259 não foi devolvida, justamente para pagar o salário da Secretária Executiva. Que outra possibilidade
260 seria alguma Entidade pagar o serviço. João Torres perguntou o valor da Oficina e o Presidente disse
261 que seria em torno de R\$ 4.300,00. Kathia disse que tanto ela quanto o Instituto Augusto Carneiro
262 acreditam em Comunicação, que são uma ONG sem fins lucrativos, mas que se tiverem que pagar
263 para a Oficina acontecer em 30 dias, o farão, porque ninguém sabe do Comitê, que nunca ouve falar
264 dele, que ele precisa ir para a rua e para isso, precisam de um Plano de Ação. O Presidente colocou
265 em votação a realização da Oficina e a mesma foi aprovada por unanimidade. Sandro Almeida disse
266 que independente de quem realize a Oficina, o Plano de Comunicação Social já é uma ação
267 elencada, portanto, o profissional contratado deverá ser aquele aprovado pelo Comitê. Kathia
268 reforçou que o Instituto Augusto Carneiro está oferecendo de graça, o trabalho da melhor
269 profissional em comunicação, que quem tivesse interesse em indicar outro profissional poderia
270 fazê-lo. O Presidente disse que haverá outras oportunidades de contratação, que o Comitê aceita
271 doações na mesma linha. Agradeceu à Kathia, dizendo que esta necessidade existe há muito tempo,
272 e reiterou que as Entidades devem trazer seus profissionais da área de Comunicação para agregar e
273 passou para o item nº 4. **Assuntos Gerais**, onde Sandro Almeida questionou o Presidente sobre o
274 andamento da Proposta da SEMA para Zoneamento Ambiental da Atividade de Mineração no Lago
275 Guaíba, disse que achava que o Comitê deveria buscar informações junto à Fepam, que trabalharam
276 muito tempo em cima da questão e que agora, a mesma não anda, que teme que leve mais dez
277 anos para darem algum tipo de retorno, ao que ele respondeu que na semana retrasada durante a
278 Audiência Pública, a Fepam deveria ter apresentado o TDR para a referida proposta e não o fez, que
279 então, a Juíza estabeleceu um prazo de 15 dias para que a mesma se manifeste. Disse que o Chefe
280 do GT, Biólogo Luciano, estava presente, que o mesmo justificou a não entrega do TDR pelo fato de
281 as informações contidas no documento estarem a cargo de entidades que estão sendo extintas,
282 então a Juíza não aceitou a justificativa. Disse que tentariam descobrir o andamento do TDR junto à
283 Fepam, que a última informação que tinham era de que a deliberação do Comitê seria utilizada
284 como base pois continha variadas contribuições e pelo não foi isto que aconteceu, o que se
285 configuraria até como um descaso com o Comitê, uma vez que o mesmo trabalhou um ano sobre o
286 assunto. Ana Carara perguntou sobre o GT instituído inicialmente, o Presidente respondeu que
287 assim que a deliberação do Comitê foi entregue, aquele GT foi extinto e outro criado, teoricamente
288 mais capacitado, composto apenas por membros da SEMA, mas que buscará maiores da
289 informações. Adriano Schorr, disse que trabalha na CPRM (Serviço Geológico do Brasil), no
290 departamento de Hidrologia por meio do qual operam a rede hidrometeorológica nacional em

Água: recurso precioso e finito



Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba

291 quase todo o estado do RS e metade de SC. Na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, operam todos os
292 pluviômetros e estações de rios / lagos (fluviométricas) desta rede. Relatou que possuem um ponto
293 de monitoramento no clube "Iate Clube Guaíba", ao lado da Veleiros do Sul, que ficaram sabendo
294 do desinteresse do referido clube em continuar servindo de sede para instalação das réguas. Como
295 o sistema de réguas monitora o nível do Lago Guaíba, produzindo dados públicos de interesse para
296 toda a comunidade, pensou em pedir a ajuda do Comitê para divulgar esta informação e comentar
297 que a CPRM buscava um local próximo para reinstalar esta estação, podendo ser na própria Veleiros
298 do Sul. Assim, em conversa com Astélio Santos, o mesmo se dispôs a auxiliá-lo na busca por um
299 local. Que de qualquer modo, queria deixar registrado o apoio da Veleiros do Sul para uma
300 transferência da régua para sua área. Ilgo questionou sobre as coordenadas geográficas dos limites
301 do Lago Guaíba, disse que as mesmas indicam os limites até Triunfo, solicitou que seja buscado
302 junto ao DRH os limites oficiais para serem apresentados na próxima reunião. Que comparando às
303 coordenadas limites da Bacia do Baixo Jacuí, ficaria uma área sem nenhuma jurisdição, um espaço
304 entre o fim do Guaíba e início do Baixo Jacuí. O Presidente disse que como rios formadores tinham
305 Mariana Pimentel, Sertão Santana. Paulo disse que poderiam encaminhar um Ofício ao DRH
306 solicitando os limites georreferenciados. Carlos Garss disse que como foram citadas várias vezes as
307 captações do DMAE, gostaria de apresentar dados de qualidade da água antes e depois da
308 instalação da ETE Serraria, cerca de dez minutos para apresentar seria um tempo suficiente. O
309 Presidente inseriu na pauta da próxima reunião. Araquen quis saber se poderia acessar o Plano de
310 Bacia impresso, reforçou a necessidade do site, ao que o Presidente disse que com relação ao site,
311 já o tiveram, que acabaram perdendo por falta de recursos financeiros. Que o Plano de Bacia
312 impresso poderia ser acessado na Sede do Comitê do Lago Guaíba. Araquen disse que tinha
313 sugestões de correção do conteúdo da Revista do Plano de Bacia e o Presidente disse que as
314 mesmas poderiam ser encaminhadas diretamente ao DRH. Ivo perguntou se o Comitê tem alguma
315 ingerência sobre o que está sendo feito na Orla do Guaíba, o Presidente disse que já chamaram os
316 representantes da Prefeitura para apresentação do Projeto, que o Comitê não tem ingerência, mas
317 pode solicitar apresentação das novas etapas do projeto. A respeito do item nº 3. **Expediente**, a
318 Secretária Kelli leu as justificativas de falta de Elisabeth Krieger do IFRS: reunião no IFRS, Ivo Lessa
319 do Sindicato Rural de Guaíba: reunião do ZEE em Santa Rosa, Maurem Alves da AGEFLOR:
320 compromisso de trabalho, Maximiliano Neto do SENGE: compromisso previamente agendado,
321 Teresinha Guerra do IFRS: aula, Eduíno Mattos da Associação Comunitária 10 de Junho: fora de
322 Porto Alegre. Anunciou oficialmente a instalação da Sede do Comitê do Lago no IFRS, na sala nº 106,
323 situado à Rua Coronel Vicente, nº 281, Centro Histórico, disse que não terão telefone fixo lá, pois
324 naquela sala não há sinal de telefonia, que o canal de comunicação continua sendo o e-mail e em
325 breve será o site. Comunicou que não farão reunião de CPA em função das últimas reuniões
326 ordinária e extraordinária terem acontecido num curto período de tempo e o Presidente disse que
327 não haveria necessidade, pois a pauta já havia sido definida. Reiterou a data da 106ª Reunião
328 Ordinária: 18/04, às 14h, na CORSAN e o Presidente encerrou a reunião.

329
330
331
332
333
334

Manuel Salvaterra
Presidente

Paulo César C. Germano
Vice-Presidente

Kelli Nascimento Andrade
Secretária Executiva

Água: recurso precioso e finito